

Egídio proporrá divisão da Carta em duas partes

ARQUIVO

O deputado peemedebista Egídio Ferreira Lima, que foi relator da Comissão da Organização do Estado e Sistema de governo, anunciou ontem que vai propor à Comissão de Sistematização que o texto da futura Constituição seja dividido em duas partes: uma, a "Constituição propriamente dita", ou a "lei fundamental", que poderia ficar com cerca de 150 artigos, e a outra parte representada por "atos complementares", que conteriam os princípios gerais e disciplinariam a competência de instituições com o Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público.



Deputado diz que sua fórmula é conciliatória

Comissão de Sistematização. Entre as questões que, no seu entendimento, somente serão definidas na fase final dos trabalhos da Constituinte, ele citou o sistema de governo, a duração do mandato presidencial e a questão da propriedade, aí incluído, naturalmente, o problema da reforma agrária.

Quanto à tendência que ao final prevalecerá na Constituição — se "conservadora" ou "progressista" —, Egídio observou que "isso ainda vai depender muito da dinâmica do processo, do conflito de pressões entre, de um lado, as forças populares e, de outro, os grupos de elite" e até das oscilações da popularidade presidencial.

Temor

O deputado Plínio de Arruda Sampaio, um dos parlamentares do PT mais diretamente envolvidos no processo de elaboração constitucional, vem manifestando o temor de que a articulação dos conservadores venha a ser favorecida até por artifícios regimentais da fase decisiva de votação da Constituição. Em razão desse temor

é que o deputado petista encaminhou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma proposta de definição de um calendário para a discussão dos diferentes capítulos da Constituição.

Pelo esboço de calendário preparado pelo representante do PT, o debate do anteprojeto da Comissão de Sistematização seria iniciado no dia 17 de julho, com a discussão do capítulo da "Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais", terminando no dia 27 de agosto, com o tema da "Família, Menor e Idoso". A maioria das questões mais polêmicas ficaria para agosto: dia 5, defesa do Estado, da sociedade e da sua segurança; 7, tributos, participação e distribuição das receitas; 12, sistema financeiro; 13, princípios gerais (da ordem econômica), intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e atividade econômica; 18, política agrícola e fundiária e reforma agrária; 19, direitos dos trabalhadores e servidores dos trabalhos públicos; dia 26, ciência e tecnologia e comunicação. (Marcondes Sampaio)

Uma das metas é atenuar polêmica

Além de permitir certa flexibilidade na Constituição, a proposta do deputado Egídio Ferreira Lima de dividir a nova Carta em dois blocos tende a atenuar a discussão que se desenrola entre os que pretendem um texto sintético — a exemplo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral — e os que defendem uma Carta mais detalhada. Entre esses últimos figuram principalmente parlamentares considerados «progressistas», para os quais a concisão poderá constituir-se em instrumento das forças conservadoras. Eles entendem que em questões polêmicas — como a da propriedade e outros itens da ordem econômica — os direitos somente poderão ser assegurados de forma inequívoca aos menos favorecidos se forem escritos de forma bem explícita no texto constitucional.

Bernardo Cabral, com o apoio do relator-auxiliar Adolfo Oliveira, tem afirmado que a Constituição ideal deveria ter no máximo 200 artigos, porque no direito constitucional moderno a tendência é a concisão. Outro relator-adjunto, o peemedebista Nelson Jobim, considera que essa é uma «falsa questão» tendo em vista que «uma Constituição é algo que deve ser ajustada à realidade de cada povo, e a realidade brasileira é de extrema complexidade». A opinião é partilhada pela deputada conservadora Sandra Cavalcanti, do PFL, que reconhece a necessidade de detalhamento de alguns capítulos, como o dos direitos e garantias individuais.